

COVID-19 E CUSTO DE VIDA: O QUE O PRINCÍPIO DE EQUILÍBRIO DE MERCADO REVELA SOBRE A EFICÁCIA DAS MEDIDAS DE RESPOSTA AO CONTEXTO DE CRISE EM MOÇAMBIQUE?

Moisés S. Siúta

Introdução

A eclosão da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) contribuiu para agravar o ambiente da crise económica, que já se vivia em Moçambique desde 2015 (Figura 1). Entre os factores da crise, antes da Covid-19, destaca-se o excessivo endividamento público, o conflito armado na região centro e a insurgência islâmica no norte, aos quais se juntaram os ciclones Idai e Kenneth. A Figura 1 ilustra este contexto de crise, através da redução do Produto Interno Bruto (PIB) per capita que, até 2020, recuou em cerca de 13 anos, alcançando níveis de 2007, portanto, abaixo de 500 dólares norte-americanos (USD). Uma das consequências deste cenário tem sido a subida do custo de vida, que se reflecte através da inflação, ou seja, subida do preço de bens e serviços básicos para o consumo. Por exemplo, a inflação acumulada de Janeiro a Dezembro de 2015 e 2016 foi de 10,5% e 25,3%, respectivamente. Nos anos 2019 e 2020, a inflação anual acumulada situou-se em torno de 3,5% (INE, 2020a). Estes níveis de subida de preços agravam, sobretudo, o custo de vida para as camadas mais pobres, pois grande parte da taxa de inflação é explicada pela subida do preço de bens alimentares (e.g.: milho, arroz, tomate, peixe) e bebidas não alcoólicas.

Com base no contexto da COVID-19, este IDeIAS procura discutir as medidas de mitigação da pandemia e o seu impacto económico à escala nacional. A questão central é: o que se pode esperar das medidas de mitigação do impacto económico da COVID-19 na redução do custo de vida em Moçambique, tendo em conta o princípio de equilíbrio de mercado?

Princípio de equilíbrio de mercado e custo vida

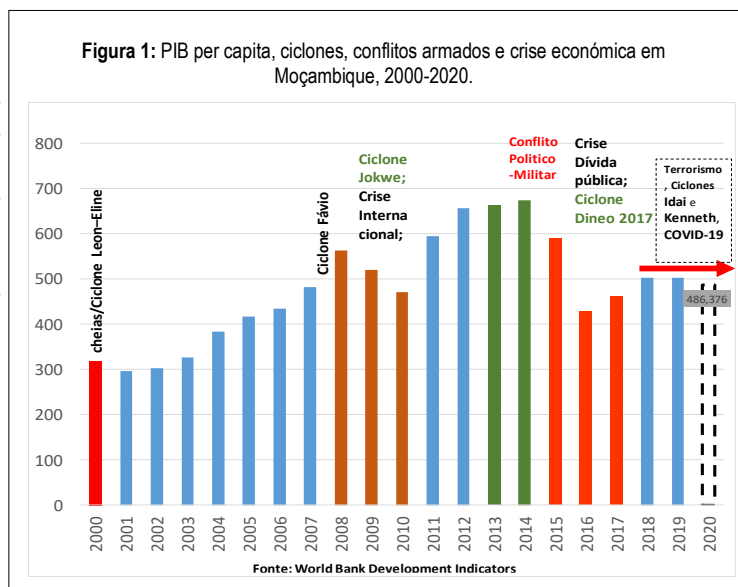
Num ambiente de crise económica, as medidas de resposta devem respeitar aos mais básicos princípios económicos, entre os quais, o princípio de equilíbrio de mercado. Segundo este princípio, as variações do preço de bens e serviços dependem da

interacção entre a procura e a oferta e o equilíbrio só é alcançado quando a quantidade/volume de bens e serviços procurados se iguala à da oferta, mediante um determinado preço, que é o preço de equilíbrio. Diante do equilíbrio, a subida de preços é explicada, por um lado, pelo aumento dos custos de produção ou, por outro lado, por uma maior procura de um bem em relação ao que o mercado realmente oferece ou produz (Samuelson & Nordhaus, 2010, pp. 53-60).

abster-se de procurar um conjunto de bens e serviços (e.g.: viagens, hospedagens). Além disso, houve a deterioração da capacidade produtiva, que conduziu à redução das receitas das empresas levando à perda de rendimento (e emprego) das famílias, resultando, por sua vez, na perda do seu poder de compra, agravando a redução da procura de bens e serviços a nível da economia como um todo.

Em Moçambique, a produção e a oferta de bens e serviços diminuíram quando as medidas de prevenção da COVID-19 levaram ao encerramento total ou parcial (i.e., redução de horas de trabalho ou de efectivo) de mais de 80 mil empresas que empregavam mais de 3,5 milhões de trabalhadores (INE, 2020b, p. 06). A procura, por sua vez, diminuiu não só pela perda de rendimento e emprego de uma parte dos trabalhadores na economia formal, acima referidos, como também pela redução das fontes e oportunidades de rendimento de uma grande maioria da população em idade economicamente activa, que sobrevive do sector informal (cerca de 12,6 milhões de moçambicanos (Finscope 2020)).

No contexto da crise moçambicana, a subida do custo de vida pode ser explicada, por três razões principais: i) uma redução da procura num nível inferior ao da redução da produção e oferta de bens, que tende a manter um mercado com a procura relativamente maior do que a oferta. Por exemplo, o encerramento de empresas por causa da COVID-19, das catástrofes climáticas e da violência armada pode provocar a escassez de certos produtos oferecidos pelas empresas nacionais, como é o caso dos bens alimentares. O recurso ao endividamento e à ajuda externa pelo Estado para o pagamento de salários e transferências às famílias tenderá a manter um nível de procura de bens alimentares acima do que o mercado é capaz de oferecer criando pressão para a subida de preços dos alimentos, seja por serem poucos do que se procura no mercado ou pela importação dos mesmos a preços altos; ii) aumento dos custos de produção das empresas no contexto de crise. Por exemplo, as medidas de pre-



No contexto da COVID-19, no mercado de bens e serviços, verificou-se o agravamento do desequilíbrio entre a oferta e a procura onde: 1) à excepção das empresas do ramo da saúde (e.g.: farmacêuticas), produção de equipamento de protecção contra a infecção pelo coronavírus (e.g.: máscaras, desinfectantes, etc.) e tecnologias de informação (e.g.: internet, telefones, etc.), a produção e oferta de bens e serviços reduziu pelo facto de as empresas terem de operar com um número reduzido de trabalhadores, seja por problemas de saúde ou pela necessidade do cumprimento das medidas de distanciamento físico (e.g.: rotatividade, quarentena, confinamento parcial ou total). 2) A procura da maioria dos bens e serviços, à excepção dos produtos e serviços de saúde e tecnologias de comunicação, também reduziu, pois, as medidas de prevenção da COVID-19 obrigaram as pessoas singulares e colectivas a

venção da COVID19 aumentaram os custos das empresas que optaram pelo teletrabalho e tiveram de comprar novos equipamentos para os seus trabalhadores (e.g.: computadores, modems e internet) incluindo equipamento de protecção individual (e.g.: álcool gel, máscaras, etc.). iii) inercia da inflação causada por arranjos institucionais que pressionam o mercado para a subida de preços dos produtos oferecidos no mercado. Por exemplo, por um lado, no contexto de crises frequentes, os trabalhadores tendem a exigir salários nominais mais altos aumentando os custos de produção das empresas que, por causa disso, têm de fixar preços de produtos mais altos. Em Moçambique as negociações do salário mínimo foram suspensas, mas não tardará que retomem e os salários tenham de subir. Por outro lado, as políticas públicas de resposta às crises, financiadas principalmente pelo endividamento público, também agravam o custo de vida, pois os impostos sobre matérias primas, mão-de-obra e produtos tendem a permanecer demasiado altos, como mecanismo de arrecadação de receita para o pagamento da dívida pública.

Medidas económicas de resposta à crise

Para minimizar o impacto da crise gerada pela COVID-19, entre outras medidas, o governo de Moçambique aprovou: 1) para as empresas, o diferimento do pagamento de impostos aduaneiros e de rendimento; o perdão de multas e a redução de juros de mora resultantes das dívidas e contribuições para a segurança social (INSS); mobilização de cerca de USD 24 milhões para apoio a micro negócios; 2) a mobilização de: i) USD 110 milhões para o sector da saúde; ii) USD 34 milhões para garantir assistência social às famílias mais pobres já registadas nos programas de protecção social e aumentar o número de beneficiários dos programas geridos pelo Instituto Nacional de Acção Social (INAS); 3) para o orçamento do Estado, a mobilização de USD 349 milhões visando compensar a perda de receitas fiscais devido ao abrandamento da economia e ao diferimento do pagamento de impostos. Para fechar o défice orçamental, o governo, em 2020, aprovou o aumento da dívida pública interna em mais de 42 mil milhões de meticais (USD 600 milhões a taxa de câmbio de 70Meticais/USD) e da dívida externa em mais de USD 857 milhões. Em complemento destas medidas, o Banco de Moçambique aprovou a redução das taxas directoras e dos custos de transacções de moeda no mercado financeiro (MEF, 2021, pp. 46–50; Sengo, Magaia, & Dique, 2020, p. 66).

Medidas de resposta à COVID-19 e custo de vida

A análise das medidas de mitigação do impacto económico da COVID-19 revela uma maior concentração de recursos e acções para promover a procura de bens e serviços ao invés de promover a sua produção interna ou oferta. Existem, pelo menos, três mecanismos pelos quais o custo de vida aumenta:

i) por exemplo, se, por um lado, o governo conseguiu mobilizar USD 34 milhões para fazer transferências a 1,6 milhões de famílias quando para as empresas conseguiu apenas mobilizar USD 24 milhões, as transferências monetárias para as famílias tenderão a aumentar a procura de bens para níveis acima da capacidade de produção das empresas nacionais, gerando escassez de produtos e subida de preços. Por outro lado, face ao défice da oferta, para responder à procura das famílias, as empresas vão aumentar importações (e.g. importação de tomate e cebola da África do Sul) criando pressão sobre a taxa de câmbio, com tendência para a depreciação do Metical. A depreciação do Metical, por si só, torna os bens do estrangeiro mais caros em Moçambique e, num contexto de crise como a da COVID-19, as importações tendem a agravar a inflação doméstica, através da importação da inflação de outros países provocada pela subida dos custos de produção.

ii) quando a perda de receitas do governo é compensada por donativos, como no caso dos USD 221 milhões desembolsados pelos parceiros até Outubro de 2020, o governo torna-se um agente económico que procura bens e serviços numa quantidade/volume, que a produção das empresas nacionais não é capaz de satisfazer. Por exemplo, visto que os recursos públicos, em grande parte, não são aplicados na produção de alimentos de primeira necessidade, a procura destes bens, por famílias que recebem transferências do Estado e pelos funcionários do Estado afectos a sectores como educação, defesa e saúde, cria pressão para a subida do preço dos alimentos pelo facto de se procurar mais alimentos no mercado do que a quantidade que as empresas nacionais conseguem oferecer.

iii) o financiamento das acções de mitigação do impacto da COVID-19 e outros eventos catastróficos, através do endividamento público, contribui para a subida de preços por duas vias:

a) encarecimento do crédito para o sector privado através da manutenção de altas taxas de juro, pelo Banco de Moçambique, por causa do risco de aceleração da inflação gerada pela maior disponibilidade de moeda do que de produtos e serviços. Por exemplo, em 2020, embora as empresas privadas tenham estimado perdas de cerca de USD 508 milhões por conta da COVID-19 (Sengo et al., 2020, p. 11), e recebido do governo apoio monetário em apenas USD 24 milhões, o endividamento público interno rondou os USD 600 milhões. Isto significa que o sector público, através do sistema financeiro nacional, desviou recursos financeiros do sector privado mais do que suficientes para compensar as perdas estimadas pelas empresas, promovendo mais a procura de bens e serviços ao invés de estimular a sua produção. Tal como qualquer outro bem normal, o dinheiro quanto mais procurado,

mais caro é. Visto que o seu preço é a taxa de juros, a subida desta significa custos mais altos para as empresas e por isso os preços dos bens que produzem serão mais caros (e.g.: o crédito bancário para a população);

b) o encarecimento dos produtos e serviços por causa de altas taxas de impostos que o governo impõe aos cidadãos como forma de arrecadar receitas para o pagamento da dívida pública. O IVA (imposto sobre valor acrescentado), que incide sobre o preço de alguns produtos básicos, como bebidas, água e luz, é um dos exemplos desses impostos.

Considerações finais

Para terminar, reflectindo no que o princípio de equilíbrio de mercado revela sobre a eficácia das actuais medidas de mitigação do impacto económico da COVID-19 na redução do custo de vida, em Moçambique, o presente texto defende uma mudança de abordagem por parte do governo de Moçambique e seus parceiros de cooperação no sentido de estimular a produção e capacidade da oferta de bens e serviços das empresas nacionais. A COVID-19, as mudanças climáticas e os conflitos armados prejudicam grandemente a produção das empresas e a capacidade da economia moçambicana para expandir oferecendo bens e serviços em quantidade e qualidade necessárias para abastecer o mercado doméstico e conter pressões inflacionárias. O sucesso de Moçambique em responder à crise e à subida do custo de vida, depende não só da manutenção do poder de compra do Estado, através de donativos e empréstimos, mas também do apoio ao desenvolvimento do tecido empresarial, fomento à produção doméstica e desenvolvimento de capacidades produtivas das famílias através de programas de capacitação e emprego.

Referências

- INE, (Instituto Nacional de Estatísticas). (2020a). Nota de Imprensa—Instituto Nacional de Estatística. Obtido 15 de Março de 2021, de <http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-economicas/indice-de-preco-no-consumidor/notas-de-imprensa>.
- INE, (Instituto Nacional de Estatísticas). (2020b). Resultados do inquérito sobre Impacto da COVID-19 nas empresas (N. 01).
- MEF, (Ministério da Economia e Finanças). (2021). Relatório de execução do orçamento do Estado 2020.
- Samuelson, P. A., & Nordhaus, W. D. (2010). Economics (19th ed.). Mc Graw Hill.
- Sengo, E., Magaia, R., & Dique, S. (2020). Impacto da Pandemia da COVID-19 no sector empresarial. CTA.